

A CABEÇA – RELICÁRIO DE CASÉVEL

CLÁUDIO TORRES

JOAQUIM BOIÇA

0. Na cristandade medieval, cada vez mais ruralizada e afastada dos antigos centros urbanos mediterrânicos, germina e desenvolve-se um crescente culto aos mortos, aos santos mártires e, naturalmente, às suas relíquias, como imanações tangíveis dos poderes sobrenaturais.

Para o seu possuidor, indivíduo ou colectividade, uma santa relíquia significava não apenas o acesso a um poder vital, como, quase sempre, um instrumento e uma garantia da sua própria identidade. Além destas capacidades de mediação com o divino, as relíquias eram muitas vezes coniventes em actos milagreiros, sendo-lhes atribuídos talentos na concessão de graças e benfeitorias aos seus devotos. Daí que os corpos santos ou as suas supostas partes e despojos fossem avidamente disputadas, transformando-se em objectos de grande valor, cuja transacção e manipulação escapava frequentemente ao controlo da igreja oficial. A sua proliferação fez com que os rituais de culto a determinados santos e o tipo de intercessão que protagonizavam junto dos crentes, adquirissem matizes próprios consoante os locais ou regiões. Em simultâneo, e na pegada deste impulso religioso, assistiu-se desde a Alta Idade Média à difusão de objectos de refinado tratamento artístico, os relicários, vulgarmente lavrados em ouro ou em prata, sob a forma das tradicionais bocetas e caixas-cofres ou, por vezes, assumindo mesmo apuradas representações antropomorfas. Nestes casos, e não poucas vezes, os relicários acabaram por ganhar um valor suplementar, transformando-se, eles próprios, em objecto de um novo culto.

O Portugal medievo comungou, na escala devida, destas realidades, embora, desafortunadamente, seja escasso o número e variedade de relicários que se conservam.

Numa visita empreendida por uma equipa do Campo Arqueológico de Mértola à pequena aldeia alentejana de Casével com o propósito de reunir e inventariar a documentação histórica depositada na Junta de Freguesia¹, ocorreu uma insólita e extraordinária descoberta. Entre alguns livros de vereações da antiga câmara municipal de Casével e várias alfaias litúrgicas em prata e prata dourada, como cálices, patenas e duas custódias (uma das quais do século XVI), surgiu uma cabeça de prata de tamanho natural, contendo no seu interior o que depois viria a constatar-se ser um crânio humano (**Figura 1**).

A presença deste tesouro na junta de freguesia foi justificada, na altura, pelo facto de a igreja matriz — natural proprietária — ao ser completamente remodelada nos anos 40, ter ficado impossibilitada de guardar devidamente as suas riquezas que, desde então, teriam sido entregues à responsabilidade das autoridades civis. Depois de um sumário inquérito à população da aldeia constatámos, todavia, que ninguém se recorda-

va de ter visto a cabeça, embora não estivesse perdida a memória da sua existência e das suas funções. Perante este facto e apesar de faltarem dados que taxativamente o permitam afirmar, pensamos que a transferência deste conjunto de artefactos religiosos não deve estar ligada à citada campanha de obras de há meio século, devendo muito provavelmente datar dos tempos conturbados da primeira República ².

A cabeça, em tamanho natural, é um trabalho em repuxado sobre chapa de prata de elevado teor argentífero. Através de um largo orifício zenital onde se encontra rebitada uma cruz pátea é perceptível uma calote craniana, à qual foi possível aceder separando as duas partes do invólucro metálico firmadas entre si por pequenos parafusos de cabeça lavrada (Figura 2). O pescoço plinto é interiormente preenchido por um toro de azinho que serve de contrapeso e de suporte a uma pequena chapa de cobre com banho de prata onde assentam os restos ósseos, constituídos por uma calote craniana e quatro esquirolas ³. Envolvidos num farrapo de seda e apertados por um fio de prata, estes fragmentos de osso guardavam-se no interior da calote, que por sua vez era firmada à chapa de suporte por uma fita de seda cor-de-rosa ⁴. A metade posterior da cabeça é constituída por uma só chapa alongada a martelo e fixada ao plinto por solda e rebites. A face tem várias componentes, soldadas entre si e todas em repuxado, menos a boca e o nariz que foram fundidos numa só peça.

Além da abertura praticada no alto da cabeça e do seu adorno cruciforme, notam-se, comunicando com o interior, seis pequenas perfurações entre os lábios, duas a servir de narinas e duas nas orelhas, encontrando-se estas representadas por dois motivos quadrifóleos (Figura 3).

Em todos os pormenores do relevo exterior e nomeadamente no reverso da chapa, sobressai o primoroso trabalho de martelagem e cinzelado do prateiro-ourives.

As circunstâncias em que ocorreu o achado,



Figura 1

o seu aparente arcaísmo e a sua originalidade como objecto artístico e devotivo, despertaram, de imediato, a curiosidade e o interesse em promover o seu estudo. Algumas questões, desde logo, se colocaram: como explicar a presença de um relicário de tal natureza em Casével, pequeno povoado que guarda apenas na sua lembrança histórica ter sido sede de comenda santiaguista e de um concelho há muito extinto? A que santo foi consagrada? Que funções desempenhou e que devoções e rituais suscitou? A quem pertenceu, que mãos a celebraram e marcaram o seu destino? A res-

posta a esta e outras questões exigiu uma investigação interdisciplinar, relativamente longa. No seu percurso penetrámos num emaranhado devotivo de insuspeitada importância, cristalizado em torno de dois santos mártires, S. Romão e S. Fabião; num complexo geo-histórico assente em duas povoações vizinhas, Panóias e Casével; na história de uma figura feminina quase ignorada nos anais da nossa historiografia medieval, D. Vataça Lascaris, princesa grega e, finalmente, no mundo mágico da feitiçaria e dos «saudadores».

1. Apesar de há muito ter perdido a sua função, a cabeça-relicário permanecia viva na memória colectiva local, sendo identificada com S. Fabião, papa e mártir. Na opinião de alguns moradores mais idosos, o seu poder e virtudes procediam da sua faculdade de sarar as maleitas do gado. Estas informações foram o ponto de partida para a investigação que iniciamos e que agora divulgamos ⁵.

Na monumental obra do padre Jorge Cardoso, O Agiologio Lusitano, dada à estampa no ano de 1652 ⁶, inscreve-se uma alargada notícia dedicada a S. Fabião e ao seu culto. De acordo com as palavras deste autor: «no tempo dos quatro Emperadores Guardiano, & das dos Felippes pai, a filho, a Decio (...) governou a Igreja de Christo S. Fabião, o XXI. dos Summos Pontífices, (o) qual padeceu a 20 de Janeiro do ano de 251». O seu corpo foi sepultado «em Roma, no cemiterio de Calixto (e) depois trasladado a diversas partes», conservando-se a sua «sancta cabeça na Igreja parochial de S. João Baptista da villa de Caseuel, Arcebispado d'Evora, onde com grande solemnidade (em hum dos Domingos de Agosto, qual os mordomos escolhem) se lhe faz festa. Tambem se mostra nas primeiras octauas das tres Pascoas com notavel concurso de gente» ⁷.

Segundo a tradição, que Jorge Cardoso recolheu e reproduziu, as relíquias de S. Fabião teriam sido trazidas a «este Reino» por uma devota matrona, de seu nome Vataça, «neta de hum Emperador de Grecia», depositando-as «na Igreja de S. Romão de Pannoiias no Alentejo, onde erão veneradas dos fieis daquella comarca, & sua Sancta cabeça engastada em prata resplandece (ainda hoje) com milagres na vila de Caseuel, particularmente em sarar gados doentes, & mordeduras de cães dannados, para os quaes se inuova sua intercessão» ⁸.

A par das relíquias do Sumo Pontífice e mártir Fabião, a princesa Vataça teria ainda trazido, entre outras, as relíquias do também mártir S. Romão, depositando as da sua «Sancta cabeça (...), na matriz de Pannoiias», que operavam, «pela soberana virtude que o ceo lhe communicou», contínuos milagres aos que eram mordidos por «cães dannados». Quanto às relíquias dos sagrados corpos de S. Fabião e S. Romão, D. Vataça mandara-as depositar «debaxo do altar» de uma pequena ermida dedicada a este último santo, junto à vila de Panóias, relíquias que tinham a «Summa veneração» dos fiéis e eram visitadas por muitos peregrinos, «aos quaes o Senhor por Sua intercessão restitue a saude perdida» ⁹.

As informações prestadas por Jorge Cardoso reproduzem a tradição existente, como por diversas vezes o afirma ¹⁰. A pertinência e importância das mesmas têm a ver, sobretudo, com a figura de D. Vataça e o papel que teria desempenhado na intro-

dução das relíquias e relicários nos dois povoados vizinhos de Panóias e Casével. Um conjunto de documentos, uns inéditos e outros publicados, assim como estudos de diversos autores, permitem ajuizar da fidelidade da tradição veiculada por Jorge Cardoso, assim como enquadrar historicamente e datar com aproximação os acontecimentos relatados.

2. Em primeiro lugar, quem foi essa poderosa senhora D. Vataça e que caminhos calcorreu num reino que não era o seu? Os nossos

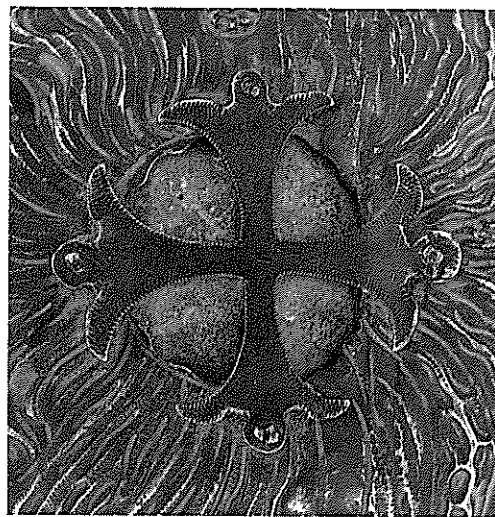


Figura 2

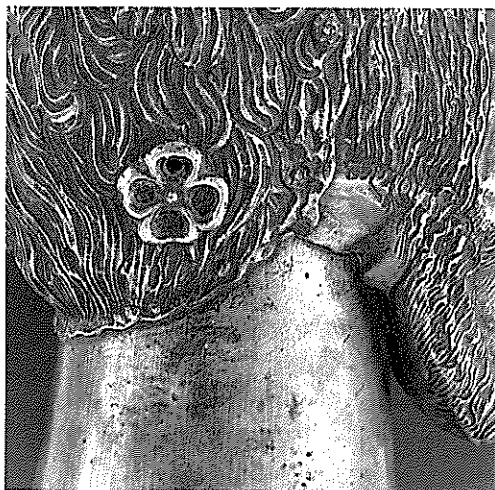


Figura 3

livros de linhagens ignoram-na pura e simplesmente ¹¹ Já o cronista-mor do reino, António Brandão, na «*Monarquia Lusitana*», reconhecera esta circunstância: «*Esteue escurecida sua memória, até que a diligencia de Ieronymo Zurita, e Andre de Resende deu della luz bastante*» ¹². Da biografia que desde então se foi progressivamente tecendo ¹³, retenhamos os dados mais importantes.

D. Vataça era filha de Eudoxia Lascaris e Guilherme Pedro de Vintemiglia, descendendo directamente, na linha matrilinear, dos 'muito nobres e poderosos' imperadores de Niceia e daí o título que ostentava de princesa. Na sua identificação sempre exibiu, aliás, na vida e na morte, as «*insígnias imperiais bizantinas*» ¹⁴, nunca referenciando ou guardando memória do conde de Vintemiglia, seu pai. Por morte deste ou separação conjugal, Eudoxia Lascaris, na companhia de seus filhos, ainda menores, rumou ao reino de Aragão, desfrutando aí dos favores e protecção do rei D. Pedro III. Este, por seu turno, bem a exemplo das intrincadas redes matrimoniais medievais, encontrava-se casado com Constança, filha de Constança de Hohenstaufen, imperatriz de Niceia, laços familiares que explicam a presença desta na corte de Aragão e, por certo, de Eudoxia e de Vataça. A tríade de princesas gregas testemunhará o casamento real de D. Isabel de Aragão e D. Dinis de Portugal, realizado em Barcelona, no dia 11 de Fevereiro de 1282, fazendo-se a nova rainha acompanhar, para o reino que a partir de então passou a ser o seu, de D. Vataça, sua prima em sétimo grau, sua dama e fiel amiga. Na corte portuguesa Vataça comungará dos lazeres e prazeres da alta nobreza, vindo a desposar, em 1285, um dos seus mais ilustres representantes, Martim Anes de Soverosa. Do consórcio, para o qual terão pesado motivações mais fortes que os amores, não houve frutos. Como rezam as crónicas, a diferença de idades e a impotência do marido terão sido decisivas ¹⁵.

Cumpriu Vataça dez anos de matrimónio, enviuvando no Verão de 1295 e, na sua nova condição, por vontade testamentada de seu marido, tomou posse de alargados bens patrimoniais na Estremadura e Além-Douro. Herdeira da honra dos Soverosa e sem descendentes teve que enfrentar a reacção dos deserdados, defraudados nas suas expectativas e ávidos de fazer valer os pergaminhos da masculinidade.

Sem laços familiares que a retivessem e dada a confiança que merecia junto de D. Isabel e D. Dinis, D. Vataça, no ano de 1297, acompanhará a princesa D. Constança na sua ida para Castela, como camareira-mor, testemunhando o seu casamento com o rei D. Fernando IV. A partir de então, a sua vida repartir-se-á entre os reinos de Portugal, Castela e Aragão, desempenhando importante papel político e diplomático ¹⁶. Será pelos seus inestimáveis serviços, a que se juntaram os que prestou enquanto mãe adoptiva do príncipe Afonso, que D. Fernando IV e D. Constança lhe virão a conceder, sobretudo entre 1310 e 1311, diversos privilégios e invejáveis domínios ¹⁷. Entretanto, D. Vataça engrandece o seu invejável património através de aquisições diversas, merecendo destaque a compra que formalizou, no ano de 1312, da vila de Huelva, com seu castelo.

No reino de Portugal será na região alentejana, até então marginal aos seus negócios fundiários, que concentrará as suas atenções. Em 1310, sem motivos que aparentemente o justifiquem, escamba com a ordem de Santiago o importante senhorio de Villalar, em Castela, pela comenda de Santiago de Cacém ¹⁸. Esta troca, como a documentação coeva revela, era desfavorável a Vataça, razão que talvez explique a doação que lhe foi posteriormente feita, em 1314, da comenda de Panóias ¹⁹. O interesse de Vataça por estas comendas, denuncia, de certa forma, a sua intenção de voltar a fixar residência em Portugal, o que, muito provavelmente, viria a concretizar em 1317.

Foi na vila acastelada de Santiago do Cacém que se recolheu, nela mandando redigir, em 1323, o seu primeiro testamento que, no entanto, se viria a revelar prematuro. A partir de 1325 e, ao que tudo indica até ao seu falecimento, estabeleceu a sua morada em Coimbra, compartilhando com a rainha D. Isabel, já então viúva, os paços de Santa Clara. Nesta cidade, no dia 24 de Abril de 1336, a já então envelhecida princesa Vataça encontra a morte, três dias após ter sido lavrado o seu segundo testamento, no qual detalhadamente dispôs as suas últimas vontades. Na repartição e aplicação do seu património, móvel e imóvel ²⁰, tornou principal beneficiária da sua riqueza a Sé de Coimbra, onde se fez sepultar num túmulo lavrado pelo Mestre Pero das Emanhas ²¹.

3. Desta vida agitada e quase aventureira de Vataça, importa reter, para o presente estudo, duas circunstâncias: a de ter obtido as comendas de Santiago do Cacém e Panóias, respectivamente em 1310 e 1314, e a de ter residido alguns anos, provavelmente entre 1317 e 1325, na vila do litoral alentejano. Apesar de ter sido curta a sua estadia em Santiago do Cacém, pouco mais de meia dúzia de anos, foi suficiente, no entanto, para marcar a história e o imaginário locais e regionais. No caso que nos importa focar, Panóias, vila que dista daquela algumas dezenas de quilómetros, é significativo que quase dois séculos volvidos sobre a morte de D. Vataça a sua memória fosse ainda recordada pelos seus habitantes. Esta notícia é-nos facultada por um pro-

cesso de visitação santiaguista, de 1511, conduzido por D. Jorge, filho de D. João II e à altura mestre da Ordem, no qual, depois de se referir a antiguidade da ermida de S. Romão e de se declarar desconhecer quem terá sido o «*edyficador dela*», se acrescenta, por informação posteriormente obtida junto de «*homeens antigos*», que a mesma fora edificada, «*assim como os paços veelhos... per huma Dona Betaça que era huma senhora naturall da Grecia*»²². A recordação da figura de Vataça, mantida viva durante várias gerações, indicia o quanto terá representado a sua intervenção na vida local (apesar de não ter eleito Panóias como lugar para sua residência e de ter sido breve a sua passagem por terras do Alentejo), certamente engrandecida pela auréola e mesmo exotismo conferido pelo título de princesa oriental mas, também, sustentada pelo papel de mecenas (instituidora dos paços velhos da vila e da ermida) e de ofertante das sagradas relíquias dos mártires Romão e Fabião.

Quanto a estas, a documentação quinhentista que se conservou sobre a comenda de Panóias²³ refere-se-lhes em termos que validam e simultaneamente aclaram os apontamentos de Jorge Cardoso, anteriormente citados. Seguindo de perto o enunciado no processo de visitação de 1511, já referido, na capela-mor da ermida de S. Romão «*estaa hum altar de pedra e caal e dentro no dito alltar estão feitas duas arguas de tijollo omde se diz que estão os osos de Sam Romão e de Sam Fabiam e estam tapadas com sacos de caall e soomente dous buracos os quaees os quaees (sic.) ssam tapados com suas rolhas de cortiça e pollos quãees buracos se tocam as ditas reliquias que estam demtro*». Apesar do altar-mor da ermida guardar as relíquias de S. Fabião e S. Romão é este último que atrai as atenções devotivas dos fieis, que concorriam em grande número particularmente no dia da sua festa. Devido ao grande número de romeiros a ermida tinha «*toda em roda... hum alpendre fundado sobre esteyos de tijollo bem acafelados e madeirado de boa madeira e no dito alpendre aa porta primcipal estaa hum altar sem nenhuma imagem em que dizem misa dia de Sam Romão per nam caber a jemte demtro na dita jrmida*»²⁴.

As relíquias de S. Romão e S. Fabião tinham um outro importante ponto de referência na igreja matriz de Panóias, dedicada a S. Pedro mas cujo culto, de antiga tradição paleocristã, tinha sido nitidamente superado pela nova devoção. É esclarecedor, nesse sentido, o facto de, em alguma documentação quinhentista e posterior, o hagiopónimo que acompanha a referência à vila de Panóias passar a ser o de S. Romão. De resto, a fama dos milagres que as suas relíquias operavam, em particular as da sua cabeça, alcançou com rapidez as diversas povoações de Campo de Ourique e do extenso Vale do Sado. O próprio rei D. Sebastião, na sua *Jornada ao Alentejo e Algarve*, em 1573, depois de uma vitoriosa tarde consagrada «*à caça das lebres*», dirigiu-se a Panóias e, uma vez chegado, como relata o cronista, «*foi-se El-Rei oferecer à cabeça de S. Romão*»²⁵.

As relíquias encontravam-se depositadas no altar-mor da igreja matriz, como exigia a sua santidade, delas fazendo atenta referência os diferentes cavaleiros de Santiago nas suas visitações à comenda de Panóias. Cite-se, uma vez mais, a visitação de 1511: «*Achamos na dita jgreija a cabeça de Sam Romão a quall estaa em tres pedaços o casco dela s. hum grande e outro meão e outro mais piquena a qual cabeça e relyquias*

estão metidas em huua caixa de prata dourada. E mais achamos quatro pedacynhos de casco da cabeça de Sam Fabiam e duas queyxadas do dito samto e esas rreliquias estão em huua caixa de prata piquena metida demtro em outra caixa de coiro forrada de pano vermelho e estam emburelhadas em hum almeazar muy bom»²⁶.

No conjunto de determinações proferidas naquela data pelo visitador contava-se a de mandar fazer um sacrário, para se «*menjstrarem os sacramentos*» aos fregueses, que deveria ser «*largo e espaçoso*», o suficiente para nele caberem «*o sacramento e asy a cabeça de Sam Romão e ossos de Sam Fabiam asy como ora estão*»²⁷. O teor desta determinação ia de encontro a uma outra não menos importante necessidade, que nos deixa penetrar nas práticas cultuais em torno das relíquias. De facto, a premência de se mandar fazer um sacrário, explorando a carga simbólica que este encerrava, estaria também relacionada com a protecção das relíquias, subtraindo-as a manipulações e mesmo a olhares eventualmente pecaminosos. Ao oficiante se reservaria, assim, o seu acesso exclusivo, a responsabilidade da exposição e aparato e, claro está, o benefício dos seus poderes. É que, até então, como consternadamente constata o visitador santiaguista, as relíquias, por operarem contínuos milagres, «*andam pelas mãos de leigos os quaes as tem em suas casas omde se fazem pecados e desonestidades o que nam deuemos consentir*». Em conformidade, estipula-se que se as «*amostrarão apenas quando for necesario*»²⁸, prescrição vaga, posteriormente completada por um outro visitador, em 1565, com um conjunto de indicações sobre o cerimonial a observar: «*mandamos ao prior que quando tirar as Relyquias de São Romão que o façam com tanta veneração como deve com sua sobrepeliz vestida e estolla e dous çirios ou tochas acesas de diante... E não se levarão fora da igreja nem se mostrarão sem os çirios acesos*»²⁹.

4. O objectivo que guiou a breve incursão em torno da figura de D. Vataça e das relíquias dos santos mártires S. Romão e S. Fabião de Panóias foi, por um lado, atestar a credibilidade do texto do Agiologio Lusitano, uma vez que é possível confrontá-lo com documentação medieval e tar-do-medieval que Jorge Cardoso não compulsou (e que em parte permanece inédita) e, por outro, introduzir o amplo cenário histórico para que remete a cabeça-relicário de S. Fabião de Casével.

Algumas reflexões, de momento, se impõem. Nos anos compreendidos entre 1317 e 1325, a devota princesa Vataça terá ofertado à vila de Panóias as relíquias dos santos corpos de S. Fabião e de S. Romão, depositando-as numa ermida dedicada a este último, que para o efeito manda edificar nos arredores, e as das suas santas cabeças na igreja matriz da vila. Nesta, também, é S. Romão — o advogado contra os cães raivosos — que ganha notoriedade e cataliza a devoção dos crentes. Não será despropositado ligar este ascendente ao espectáculo que ofereceriam os três significativos fragmentos da sua cabeça, colocados numa arqueta de prata dourada que permitia a visão da relíquia, em contraste com os quatro «pedacinhos» do casco de S. Fabião, guardados numa pequena caixa.

Será na povoação vizinha de Casével (distando menos de 10 quilómetros de Panóias), que o culto a S. Fabião ganhará fama, embora, aparentemente, nunca tivesse rivalizado com o de S. Romão. O que fica por esclarecer, já que dúvidas não haverá quanto ao facto de estarmos perante uma ramificação do complexo devotivo gerado em Panóias, é o aparecimento e fixação, em Casével, da cabeça-relicário de S. Fabião, único sustentáculo e razão de ser deste novo local de culto. Sem abandonar o quadro das hipóteses, podemos perguntar se a cabeça encastada se integraria no espólio original de relíquias pertencentes a Panóias, daí transitando para Casével, ou se teria sido directamente ofe-

recida à igreja matriz desta última vila. Atendendo mesmo à sua manifesta preciosidade, podemos ainda admitir ter sido dádiva de D. Vataça a qualquer pessoa das suas relações que, por sua vez, lhe deu novo destino. A tradição, como a reproduz Jorge Cardoso, dá força à segunda destas hipóteses. No entanto, as restantes não deixam de ser sugestivas e historicamente prováveis, tendo em conta o curto período de residência de D. Vataça na região e o cenário montado em torno das relíquias — deposição dos corpos na ermida de S. Romão e das cabeças na igreja de S. Pedro — e ainda o facto de, manifestamente, nada ter relacionado, em vida, a poderosa matrona a Casével. De resto, ao contrário de Panóias e Santiago do Cacém, locais onde a memória colectiva guardou de Vataça uma recordação convincente que, em inícios do século XVI, não escapou aos visitantes santiaguistas³⁰, em Casével tal não sucedeu. A leitura da documentação histórica que se conservou e a interpretação de certos acontecimentos, levam-nos a perfilhar a hipótese, como adiante se desenvolverá, de que a cabeça-relicário de S. Fabião teria ficado na posse de particulares até meados do século XVI, altura a partir da qual a igreja local dela se apropriou.

5. A primeira referência documental à cabeça-relicário de S. Fabião encontra-se num processo de visitação da comenda de Casével, do ano de 1565. Na inspecção promovida à igreja matriz de S. João Baptista registou-se, no capítulo das relíquias, o seguinte: «*Achamos na dita Igreja a cabeça de Sao fabião Em o altar moor E tem-se na terra Em muyta veneração a dita reliquia não achamos diso nenhuma escritura mais que ser muyto antigua a qual Visitamos com toda a veneração devida*»³¹.

Nas diversas visitas anteriores a 1565, um tanto estranhamente, não é feita qualquer alusão à cabeça-relicário de S. Fabião. A menos que se trate de sucessivas omissões, altamente improváveis, a explicação poderá estar, tal como foi notado em Panóias pelo respectivo visitador, no facto de o relicário ter permanecido nas «mãos de leigos» até entrar na alçada da igreja local. Aliás, seria apenas em finais do século XVI, ou princípios do século XVII³², que se organizaria a confraria de S. Fabião de Casével, tendo por referente e símbolo a cabeça-relicário.

Este conjunto de circunstâncias reforça a argumentação aduzida em favor da hipótese do relicário de S. Fabião ter ficado na posse de pessoa da terra, cujo nome a história não fixou, tendo-se conservado nas mãos de particulares, como o aconselharia a singularidade das práticas culturais ministradas (cura das maleitas de gado e das mordidas de cães raivosos). É sintomática, por outro lado, a tentativa por parte do clero local de subtrair a relíquia à fruição laica, processo que não deixou de ser moroso apesar dos ventos favoráveis tridentinos e da bandeira inquisitorial.

Na motivação que justificava o apelo à intercessão da cabeça de S. Fabião e lhe conferiu a fama de milagreira — a de curar os gados padecentes, sem enfermidade especificada — encontra-se o eixo explicativo para a apropriação do relicário por particulares (registre-se que Casével se situa nos limites do alto Vale do Sado, onde as boas pastagens permitem a criação de gado bovino), assim como a emergência de rituais pouco consentâneos com a liturgia católica-romana. São inúmeros, de resto, os rituais heterodoxos que começam a ser proscritos nas Ordenações Manuelinas do

Reino, nomeadamente as adivinhações e mezinhas praticadas com as denominadas «cabeças de saudadores, encastoadas em ouro, ou em prata»³³. Sob a ameaça de pesados castigos corporais e deportação, proibia-se que «cabeças de saudadores» servissem para benzer pessoas ou animais infectados de toda a sorte de doenças, com o pretexto de lhes restituir a saúde perdida. No caso da cabeça-relicário de S. Fabião, o ritual de a conduzir a locais profanos e de através dela se benzer o gado manteve-se, pelo menos, até finais do século XVII, não obstante ter há muito fixado o seu lugar no altar-mor da igreja matriz. Este facto motivou, aliás, a intervenção do Juiz da Ordem de Santiago na comarca de Ourique que ordenou, em 1672, a feitura de um «hezopo de pratta com a bola chuveiro», colocando-se dentro desta «hua reliquia de Sam Fabiam», passando assim a substituir o relicário quando fosse necessário «benzer o gado»³⁴.

Como ficou referido, instituiu-se, em finais do século XVI ou inícios da centúria seguinte, uma confraria consagrada ao «glorioso martir Sam Fabiam»³⁵. A documentação por esta produzida assim como a que se lhe refere, hoje depositada no Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, permite traçar e caracterizar o percurso da cabeça-relicário de S. Fabião até finais do século XVIII.

A actividade de maior relevo que se reconhece à confraria de S. Fabião foi a de, durante quase uma vintena de anos, reunir fundos que permitissem mandar fazer um cofre em prata para guardar a cabeça-relicário do santo, substituindo o já então envelhecido e menos dignificante «cofre de bordo pintado de Verde», onde permanecia. Assim, entre 1653 e 1671, os confrades procedem a sucessivos peditórios e arrecadam esmolas de inúmeros devotos. Estas, significativamente, traduziam-se muitas das vezes em «hum novilho e hua vaqua»³⁶, peças de gado destinadas a ser posteriormente leiloadas. Alguns dos ofertantes, como denunciam os termos de esmolas exarados nos livros de receita e despesa da confraria, habitavam áreas limítrofes, nomeadamente na Messejana, certamente bafejados por graças recebidas do «glorioso S. Fabião». Desafortunadamente, uma das parcelas do montante arrecadado corresponderia ao valor da venda de «hum sirculo de prata que servia na cabesa de São Fabião»³⁷, operação levada a cabo em 1657.

No ano de 1671 seria satisfeito o desejo dos confrades, cabendo ao capitão Manuel Pixeiro, ilustre membro da confraria, a responsabilidade de guardar o montante economizado e proceder às diligências para a compra do cofre. Será na cidade de Coimbra e pelas mãos do mestre ourives João Santiago que o cofre será executado. Segundo o termo de entrega por este lavrado, no dia 8 de Janeiro de 1672, o cofre, «fora a vidraça», tinha de prata «nove marcos e huma oitava e meia» (sensivelmente dois kilogramas de peso), que ao preço de «coatro mil rs. o marco soma trinta e seis mil e noventa»; do feitto fez-se cobrar em «vinte e dous mil e quinhentos rs», pelo que tudo orçou em «cinquenta e oito mil e quinhentos e noventa rs»³⁸. Ainda no ano de 1672, para devidamente acomodar a relíquia no cofre, são mandados fazer «dois colchois de tafeta dobre verde cheios de algodão», para a assentar, e «dois colchois pera os anteparos»³⁹.

O enobrecimento que recebeu, contrariamente ao que suporiam os devotos con-

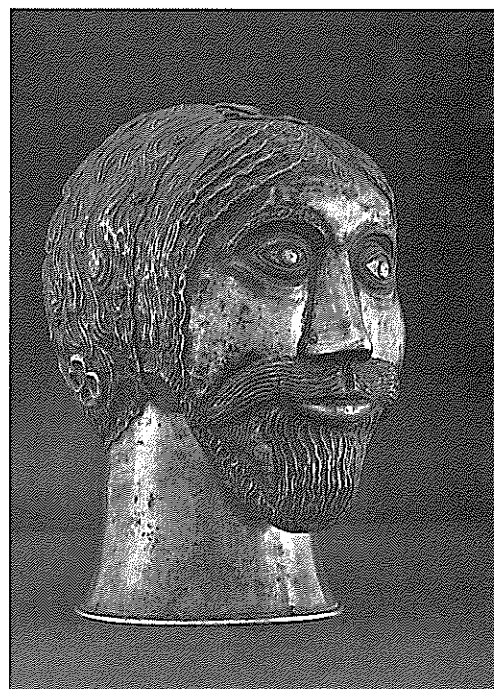


Figura 4

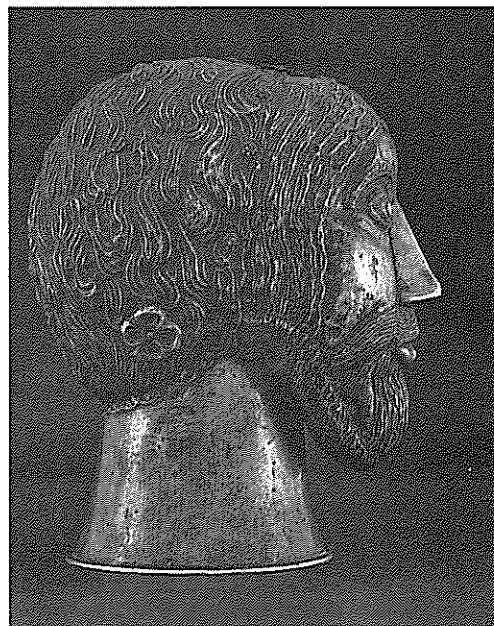


Figura 5

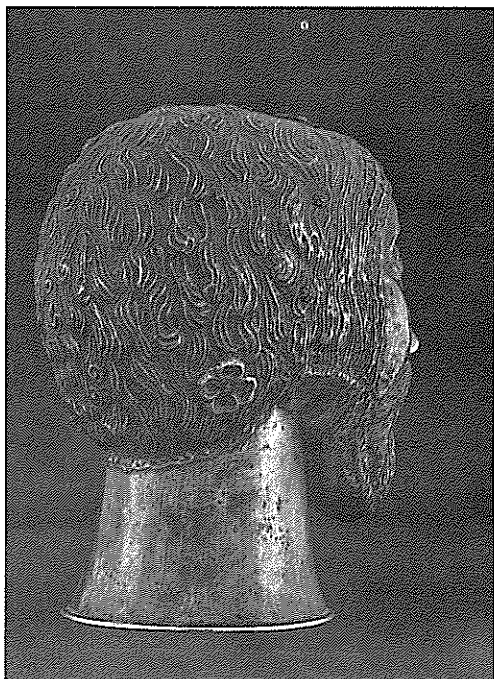


Figura 6

frades de S. Fabião, não obstou ao afastamento da cabeça-relicário do lugar sagrado por excelência do espaço-igreja, o altar-mor. Em finais do século XVII já se encontrava «metida na parede que sobe para a tribuna» e, seguidamente, por este local não ter suficiente decoro, ordenou-se a sua colocação «num almario» mandado fazer para o efeito ⁴⁰, onde se manteve até ser guardada, em tempos modernos, na sacristia. Para preencher a lacuna visual e cultural que este acto provocou e certamente também para aquietar uma ainda forte devoção local, foi mandada vir da cidade de Lisboa, no ano de 1688, uma imagem em madeira de S. Fabião ⁴¹. No entanto, já antes destas determinações, tinham sido abalados o mistério e encantamento que durante séculos rodeara a relíquia do santo mártir. Provocara-o, como atrás se deixou referido, a ordem expressa no ano de 1672 de se fazer um hissope (indissociável da confecção do cofre), para substituir a cabeça-relicário no ritual das benzeduras. Os resultados, porém, parecem não ter sido muito encorajadores, se admitirmos que as esquirolas ósseas retiradas do crânio com o objectivo expresso de serem introduzidas no hissope, serão as mesmas encontradas no interior do relicário envolvidas num tecido datável de inícios de oitocentos. Servindo-nos do «arquivo» da memória colectiva local, terá persistido, até ao primeiro quartel do século XX, numa demonstração de vontades e da força apoiadas pela tradição, o ritual de mostrar a relíquia, se bem que num outro cenário: em busca da imunização ou cura das suas maleitas, o gado era posto a desfilar pelo adro da igreja em frente de uma janela onde para o efeito tinha sido exposta a santa cabeça.

6. Para concluir, impõem-se algumas considerações relacionadas com a época de fabrico, origem e funções deste extraordinário artefacto que, durante vários séculos, tão vivamente influenciou o imaginário e as crenças dos habitantes de Panóias e Casével.

De um modo geral, quando se trata de recolher informações sobre monumentos ou artefactos, directa ou indirectamente ligados a poderes sobrenaturais e cuja força e prestígio se impuseram em dada região, os resultados podem ocasionar agradáveis surpresas do ponto de vista literário ou estético, embora bastante decepcionantes quando delas queremos retirar informações historicamente mais precisas. Contudo, no caso da cabeça-relicário de Casével, toda a informação local e documentação escrita, ao relacionarem as duas antigas vilas de Casével e Panoias e ao convergirem na figura da Dona Vataça, levantaram a primeira ponta do véu, permitindo traçar hipóteses de trabalho, que se viriam a revelar perfeitamente verosímeis. A não ter subsistido nenhuma referência à princesa grega, cremos que ficaria sempre inexplicável a presença desta estranha peça de ourivesaria numa aldeia do Baixo Alentejo.

A técnica de repuxado, as formas de fundição, os rebites e a solda, o precioso trabalho de buril — aliados a um evidente arcaísmo do estilo — tornam este relicário extremamente raro, senão único, no Ocidente ⁴². Esse é também o parecer do conservador da secção de Antiguidades Medievais do British Museum, ao afirmar: «...A minha impressão é de que a cabeça podia ser românica, ou seja, do século XII. A extrema estilização dos olhos e o notável tratamento das narinas que se curvam para

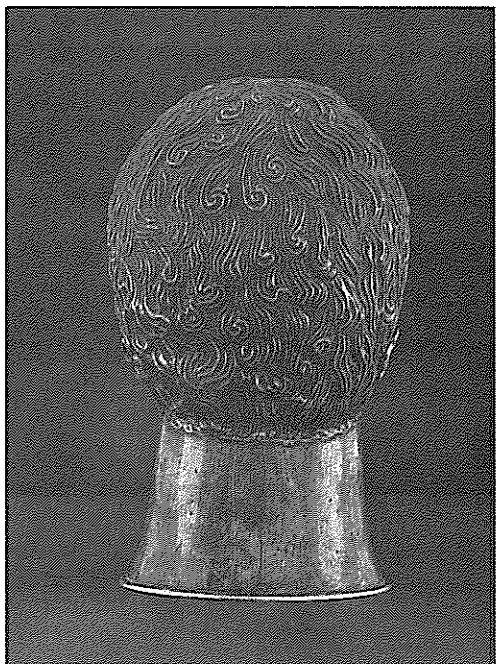


Figura 7

baixo em volutas, sugerem-me o século XII» (...)«Temos nas colecções do British Museum uma das mais famosas cabeças-relicário românicas, originária da catedral de Basle e que data, provavelmente de 1200. No entanto, nem essa cabeça nem as cabeças-relicário românicas que eu conheço se parecem, nem mesmo remotamente, com a cabeça portuguesa»⁴³. Sem paralelos conhecidos no mundo românico do norte europeu, resta-nos seguir os passos da matrona grega e de sua mãe Eudoxia desde Bizâncio a Aragão, passando por Génova e atribuir a origem do relicário a algum artífice contemporâneo da Europa meridional. Colocar o seu fabrico em oficinas bizantinas não nos parece plausível, por um lado porque este tipo de relíquias encastoadas não é de sua tradição e, por outro, porque a própria concepção e o aspecto geral da obra revelam um trabalho mais popular. Excluída a capital do Império do Oriente, então dominada por um certo barroquismo e pelo gosto dos esmaltes policromos, é forçoso sugerir a Lombardia ou a Catalunha como possíveis locais de origem do prateiro-ourives, autor da cabeça de Casével. As influências românicas, embora atenuadas nestas zonas do Sul, são perceptíveis no tratamento facial e numa certa rudeza bárbara das barbas e bigodes. Porém, na forma delicada de lavrar e enrolar o cabelo, percebe-se que as mãos do artífice não perderam um certo jeito clássico próprio da escultura mediterrânica (Figuras 4 a 12).

Na impossibilidade de atribuir o fabrico do relicário a uma escola palatina e muito menos a um autor, torna-se irrealista procurar uma datação muito precisa. No entanto, dadas as circunstâncias históricas e estilísticas antes referidas e ainda devido a alguns pormenores como a mecha de cabelo no alto da testa e o recorte da cruz pátea do cimo do crânio, não será demasiado arriscado indicar a primeira metade ou os meados do século XIII como data possível de fabrico desta extraordinária peça de ourivesaria. Em finais dessa mesma centúria, acompanhando outras relíquias, terá vindo para Portugal nas bagagens da acompanhante da futura rainha Santa Isabel.

A história do culto da Santa Cabeça em Portugal e a sua fixação em terras alentejanas já antes foram narrados. Porém, falta ainda determinar alguns aspectos mais obscuros do seu paradeiro, quando, durante um longo período, parece ter escapado ao controlo directo das instituições da Igreja, tendo permanecido até meados de Quinhentos na posse de particulares. E, de facto, se o relicário é trazido para esta região em inícios do século XIV, apenas em 1565, como vimos antes, é expressamente citado numa visitação de Casével⁴⁴. Aliando esta longa ausência aos receios do visitador de Panóias quando este afirma que as relíquias «*andam pellas mãos de leigos os quaes as tem em suas casas omde se fazem pecados e desonestidades o que nam deuemos consentir*»⁴⁵, não será descabido admitir que, durante quase dois séculos, a Cabeça Santa de Casével pode ter permanecido, como antes ficou visto, em «*mãos de leigos*». Esta circunstância, aliada à existência dos já referidos furos praticados na boca, narinas e orelhas do relicário, faz-nos supôr a sua provável utilização como cabeça de saudador. Este *saludador*, como vem mencionado nas *Ordenações* de D. Manuel, ou *soldador*, como se manteve na memória popular até aos nossos dias⁴⁶, é um personagem real que desempenhou importantes funções nas comunidades rurais do Sul do País e que, através do cheiro e do bafo, utilizava os seus poderes para diag-

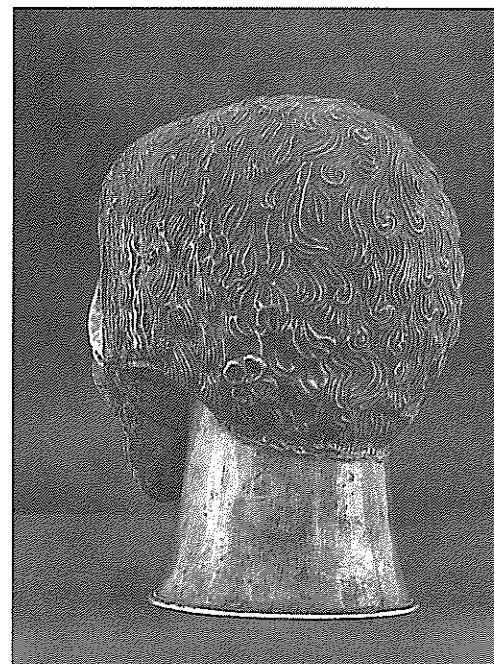


Figura 8

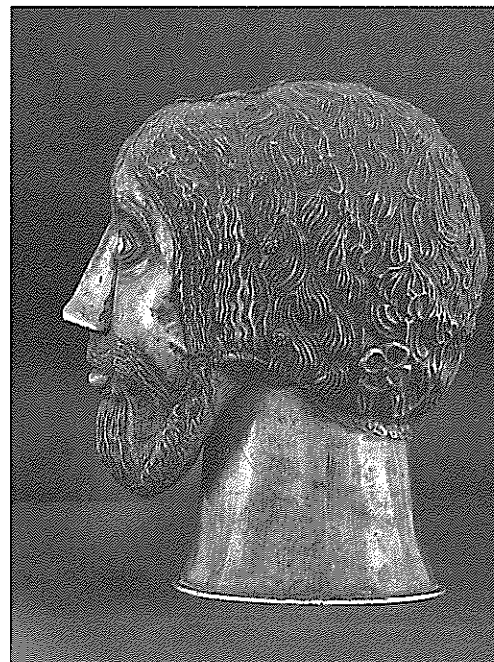


Figura 9

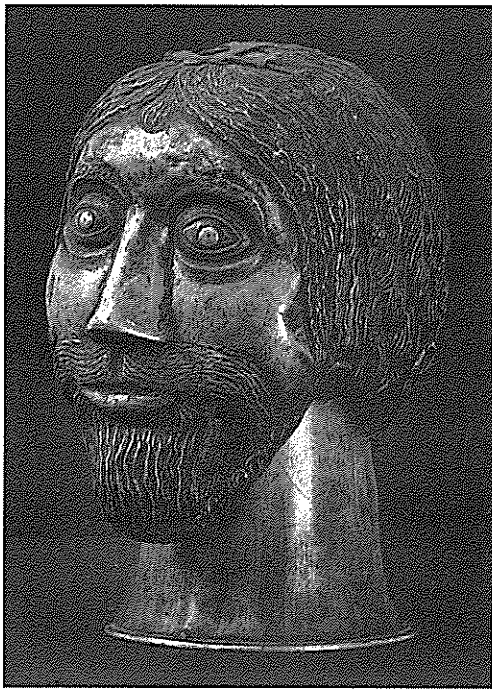


Figura 10

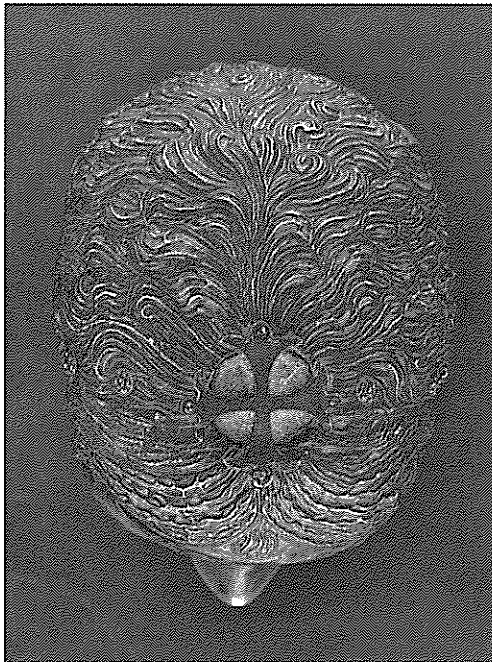


Figura 11

nosticar e curar as doenças do gado. Ao contrário das bruxas e feiticeiros, tradicionalmente acusados de pactuarem com o diabo e, por conseguinte, susceptíveis de inocular poderes maléficos, as faculdades do «soldador» eram sempre positivas. Além disso, curiosamente, as capacidades curativas deste «homem de bem» não desapareciam com a morte, de tal forma que o seu crânio era, muitas vezes, em data posterior, encastado em prata ou em ouro, continuando a fazer bons presságios e a tratar dos gados enfermos.

A partir de finais do século XV e, sobretudo, em inícios da centúria seguinte, em simultâneo com a perseguição e expulsão dos judeus e mouros, nota-se uma acrescida intransigência dos poderes públicos, visando todas as devoções e práticas marginais. Ao contrário das Ordenações Afonsinas, que são omissas, as *Ordenações Manuelinas e Filipinas* proibem «adivinhar em cabeça de homem morto», ameaçando aqueles que «tem cabeças de saluadores encastoadas em ouro, ou em prata, ou em outras cousas»⁴⁷ É um período em que a Igreja tenta pôr cobro a uma certa insubmissão e desmazelo nas práticas religiosas que escapavam à sua influência. Este espírito inquisitorial começa também a ser perceptível em inícios de quinhentos nas visitas da Ordem de Santiago, nomeadamente da comenda de Mértola, onde são pela primeira vez arroladas e submetidas ao controlo clerical várias igrejas e capelas construídas pelos moradores e que, até esse momento, apenas deles dependiam. Antes desta campanha fiscalizadora, quando as comunidades rurais da região, na sequência de antigas tradições mediterrânicas, beneficiavam de uma certa autonomia, é admissível que a cabeça-relicário de Casével tenha sobrevivido durante longo tempo fora do controlo institucional.

Finalmente importa fazer algumas considerações acerca da rede de motivações e cumplicidades que envolveram as povoações vizinhas de Panóias e Casével ao longo da história da cabeça-relicário e da sua benemérita doadora, a matrona Vataça.

Tudo parece ter começado num santuário dos arredores de Panóias onde, ainda hoje, um pequeno conglomerado das antigas hospedarias dos romeiros circunda a pequena capela de S. Romão. Estamos no extremo meridional das terras alagadiças e férteis do alto Sado, não muito longe das colinas onde começam as pastagens dos Campos de Ourique. O povoado de Panóias, apertado sobre um cerro oblongo, apresenta a topografia característica de um velho assentamento protohistórico. Seguindo os percursos habituais da romanização, a intensiva exploração fundiária obrigou posteriormente a uma fixação nas terras baixas, não sendo de estranhar que a maior *villa* romana da região venha a instalar-se a escassos quilómetros, nas margens do rio. É sobre essa *villa* romana já cristianizada e aproveitando alguns dos seus alicerces que, em tempos decerto anteriores ou contemporâneos da islamização, foi iniciado o culto de S. Romão, considerado, pelo perspicaz Leite de Vasconcelos, como um hagiomorfismo da palavra «romano»⁴⁸. Esta devoção, sempre directamente relacionada com a luta contra a raiva, que afectava tanto homens como animais, terá sido reactivada ou encorajada depois da «Reconquista», que transformou completamente as estruturas fundiárias, incentivando a grande pecuária, em detrimento das policulturas de sobrevivência que, como é sabido, eram dominantes nas áreas mediterrânicas. Desta forma,

quando em finais do século XIII a Ordem de Santiago consegue sobrepôr-se aos senhores Annes do Vinhal que desde Dom Estevam Annes, chanceler de D. Afonso III, detinham em senhorio toda esta região, justifica-se a necessidade de recuperar e resacralizar o velho culto de S. Romão, conveniente à saúde dos seus gados. A reconstrução da capela e a deposição de cobiçadas relíquias pela Dona Vatassa, insere-se neste movimento de revitalização e reforço de um dos mais importantes e tradicionais advogados dos animais.

Se, como vimos, a topografia, as evidências arqueológicas e a documentação escrita atribuem uma maior antiguidade a Panoias e ao seu santuário de S. Romão, o mesmo não acontece com Casével, onde a semântica do próprio topónimo indica um povoamento historicamente tardio. Mais afastado das terras fartas do Sado, o povoado de Casével domina uma paisagem de transição, por um lado, para os pastos de inverno dos Campos de Ourique e, por outro, para as célebres matas de Almodôvar, que serviram de constante referência às primeiras repartições feudais dos extintos termos islâmicos de Marachique⁵⁰. A prosperidade de Casével, certamente coincidente com a reconstrução completa da igreja⁵¹, deve estar relacionada com uma época de expansão cerealífera, só explicável através de uma subida de maninhos e com um aumento das pastagens para o gado à custa de um desbravamento das matas. Época que culmina com os inícios de Quinhentos, quando o porto cercano de Odemira tem um fugaz desenvolvimento e quando as naus das Áfricas e das Índias, fundeadas no Algarve, procuram nas terras próximas do interior, acrescidas quantidades de carnes e farinhas.

A aceitarmos um significativo crescimento de Casével em finais de Quatrocentos e inícios de Quinhentos, essa época parece estar também relacionada com a promoção local do culto a S. Fabião, que parece iniciar nessa altura um processo de autonomização com respeito a Panoias, onde, numa situação de evidente desvantagem, a sua veneração era partilhada com os devotos de São Romão. Os moradores de Casével, já então município, na procura de um novo símbolo identificador, encontram em S. Fabião e na sua cabeça relicário — que decerto, «em mãos de leigos», há muito tempo distribuía pelo gado da região as suas benfeitorias — um novo orago capaz de se diferenciar de São Romão de Panoias, antigo e prestigiado santuário de todo o Sudoeste. São Fabião, recuperando ou assumindo poderes extraordinários sobre o gado grosso⁵², não só não interfere com as competências exclusivas e muito mais alargadas de S. Romão no tratamento de todos os danados, homens e animais, como parece desenvolver preferencialmente atributos profilácticos, que finalmente mais se ajustam às funções do saudador.

Cabeça relicário de um venerável Sumo Pontífice da Roma imperial, Santas relíquias de qualquer outro personagem do inesgotável martirólogo cristão, ou simplesmente o crâneo encastoado de um poderoso saudador, o facto é que a cabeça de prata de Casével é uma obra notável, não só, naturalmente, pela sua qualidade plástica, como, sobretudo, pela sua estranha e inquietante presença. Se é inaceitável, para a época a que atribuímos o seu fabrico, quaisquer intenções de retrato naturalista, foram plenamente atingidos os objectivos do artifice se este pretendeu com esta cabeça sugerir forças ocultas. Se o seu pião de ourives lhe abriu os ouvidos para que pudesse

escutar os lamentos, as narinas para sentir as maleitas e a boca para fazer sair o bafo generoso, deixando intactas as pupilas dos olhos, é porque os encomendadores iniciais ou vontades mais tardias, não pretendiam apenas mandar encastoar e adorar uma simples relíquia, conhecendo perfeitamente os poderes a realçar e os perigos a evitar. De qualquer homem morto e muito mais de um saudador, era preciso evitar o olhar e nomeadamente a insondável pupila, sempre perigosa ligação com os mundos do Além (Figuras 13 e 14).

Hoje, apesar de despojada de quase todas estas fabulosas roupagens que alimentaram os medos e os sonhos de tantas gerações, a Cabeça de Casével continua a manter aquele olhar condescendente e inofensivo, aquele indefinível sorriso de quem sabe que o seu mistério nunca será desvendado (Figura 15).

NOTAS

1. A visita foi efectuada em 1986. A documentação histórica em causa pertencia ao extinto concelho de Casével, à Junta de Freguesia e confrarias religiosas, tendo sido transferida para o Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde. As restantes alfaias religiosas continuaram na posse do presidente da Junta de Freguesia de Casével.

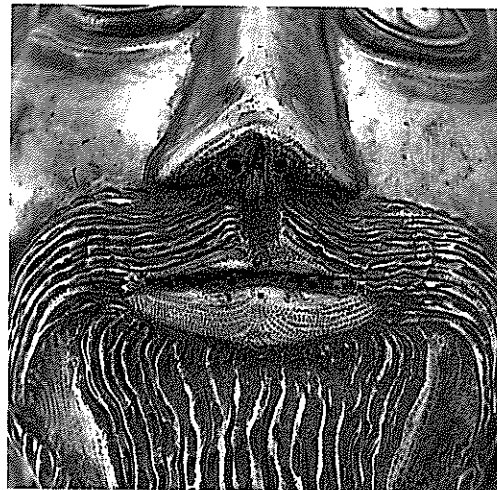


Figura 12



Figura 13

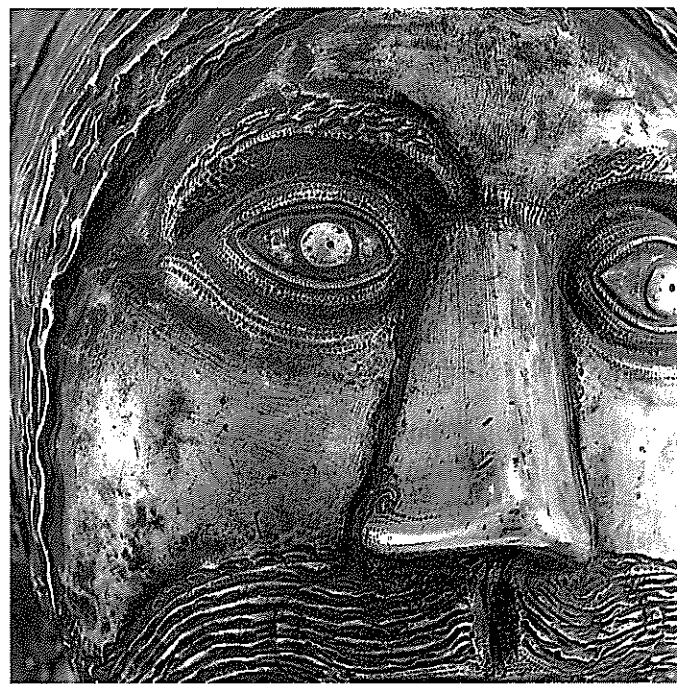


Figura 14

2. O valor excepcional da peça e as condições precárias em que se encontrava justificaram a sua transferência para a Câmara Municipal de Castro Verde, iniciativa apoiada pelo seu Presidente, Exm^o. Senhor Fernando Caeiros, promotor da visita efectuada a Casével (ver nota 1).
3. O estudo prévio osteológico foi efectuado em 1986 pelo Dr. José Carlos Oliveira, membro do Campo Arqueológico de Mértola e director do Museu de Beja. Citamos do relatório: «O material analisado é constituído por: 1 calote craniana; 1 osso lacrimal; parte inferior do temporal esquerdo; 2 fragmentos de temporal.(...) Através da análise da patine, estado geral e comparação das estruturas trabeculares, conclui-se, com pequena margem para dúvida, que todos os fragmentos são do mesmo crânio. O material ósseo estudado pertence a um indivíduo do sexo masculino, com a idade compreendida entre os 30 e os 45 anos».
4. Tanto o tecido como a fita de seda, em bom estado de conservação, não podem ser atribuídos a uma data muito anterior a inícios do século XIX.
5. O estudo da cabeça-relicário de Casével terá uma publicação especial antes ainda da abertura do museu de arte sacra da vila de Castro Verde.
6. O primeiro tomo do *Agiologio Lusitano dos Santos e Varoens Illustres em virtude do reino de Por-*

tugal e suas conquistas, consagrado aos meses de Janeiro e Fevereiro, foi editado em Lisboa, pela Officina Craesbeekiana, no ano de 1652. O segundo tomo, que abarca os meses de Março e Abril, surgiu em 1659 e o terceiro, dedicado aos meses de Maio e Junho, em 1666. A morte de Jorge Cardoso, verificada a 3 de Outubro de 1669, interrompeu drasticamente a obra que projectara completar. Posteriormente à sua morte, D. António Caetano de Sousa intentou levar por diante tal empreendimento, mas apenas veio a ser publicado o tomo IV, relativo aos meses de Julho e Agosto.

7. Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano*, tomo I, Lisboa, 1652, pp. 197 e 203.
8. Jorge Cardoso, *ob. cit.*, p. 197.
9. Jorge Cardoso, *ob. cit.*, p. 542.
10. Jorge Cardoso emprega amiúde a expressão «*Segundo a tradição*», nunca identificando, porém, as suas fontes informativas.
11. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, «*Vataça-Uma Dona na vida e na morte*», *Actas da II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, 1987, p. 165.
12. António Brandão, «*Monarquia Lusitana*», Parte V, Lisboa, 1974, p. 68v.
13. Os dados biográficos mais importantes sobre D. Vataça encontram-se, fundamentalmente, em Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pp. 160-193; António Brandão, *ob. cit.*, Parte V, Liv. 16 cap. XXXV, Liv. 17 cap. I e Parte VI, Liv. 18 cap. XXXVIII; Joaquín Miret y Sans, «*Três princesas gregas en la corte de Jaime II de Aragón*», *Revue Hispanique*, tomo XV, 1906, pp. 668-720; Sebastião Antunes Rodrigues, «*Rainha Santa. Cartas inéditas e outros documentos*», Coimbra, 1954, pp. 22-28 e docs. 25 e 53 a 56; Michael Maclagan, «*A byzantine princess in Portugal*», *Studies in Memory of David Talbot Rice*, Edinburg University Press, 1975, pp. 284-293; Pedro da França Machado, «*D. Vataça: um exílio, um destino na Corte da Rainha Santa Isabel*», *Munda*, Coimbra, nº 8, 1984, pp. 49-54.
14. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pag. 38.
15. Os «*Livros de Linhagens*», referem Martim Anes de Soverosa como sendo «peco» (cf. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pag. 168).

16. O papel político e diplomático interpretado por D. Vataça nas cortes de Aragão, Portugal e Castela, em alguns momentos de crise e guerras fronteiriças, conversações de paz e tratados, foi sucintamente abordado por alguns autores, nomeadamente Joaquim Miret y Sans e Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura (ver nota 12).
17. Sobre este assunto consultar Maria Helena Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pp. 171-173.
18. A carta de escambo é datada de 4 de Outubro de 1310 (A.N.T.T.-Sé de Coimbra, 2ª incorporação, m. 91, nº 4355), nela acertando D. Vataça com Diogo Moniz, mestre da ordem de Santiago, as condições resultantes da troca de Villalar por Santiago do Cacém.
19. A doação de Villalar a D. Vataça foi oficializada a 4 de maio de 1310, sendo inúmeros os privilégios e imunidades que encerrava. Cinco meses volvidos sobre a mesma, D. Vataça escamba Villalar com Santiago do Cacém (ver nota anterior), comenda santiaguista de menor importância, a que acrescentou 20.000 morabitinos de contribuição para a guerra contra os Mouros! A doação da comenda de Panóias a D. Vataça, ratificada em 1314, é justificada, igualmente, como troca com Villalar, facto deveras estranho atendendo ao contrato anteriormente estabelecido. Compensação tardiamente formalizada? Da posse da comenda de Panóias por parte de D. Vataça trata apenas António Brandão: «*Ainda em vinte e cinco de Mayo do proprio anno (1314) deu por mandado do Mestre Dom Diogo o Comendador mor de Leão D. Pedro Gomes a Dona Bataça a Comenda de Panoias no Campo de Ourique com Torredãos, em troca da Villa e castello de Villalar, que ella logrou em Castella para a Ordem*» (Monarquia Lusitana, Parte V, Liv. XVI). Apesar desta doação não merecer dúvidas (confirmam-na outros documentos), tem sido ignorada por quantos ao estudo de D. Vataça e seus bens se têm dedicado.
20. Ver Maria Helena Cruz Coelho e Leontina Cruz, *ob. cit.*, pp. 178-188.
21. Sobre o túmulo de D. Vataça consultar o *Inventário Artístico de Portugal*, II, Cidade de Coimbra, Lisboa, 1947, pp. 83-84 e Sebastião Antunes Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 27-28.
22. Vitor Pavão dos Santos, *Documentos para a História da Arte em Portugal*, nº 11, Visitações de Palmela e Panóias, (ordem de São Tiago), Lisboa, 1972, pag. 64.
23. Em particular os processos de visitação de 1511, 1526, 1527, 1533, 1535, 1538, 1554 e 1565 (A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B-50-146; B-50-175; B-50-176; B-51-259; B-50-182; B-50-197 e B-51-231).
24. Vitor Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 62-63.
25. Francisco de Sales Loureiro, «*Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*», Lisboa, 1984, pag. 91.
26. Vitor Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pag. 57.
27. Vitor Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 65-66.
28. Vitor Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pag. 66.
29. A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B-51-231, fl. 80.
30. Para Santiago do Cacém, o visitador da Ordem deixa registado, na visitação a que procedeu no ano de 1517, o seguinte: «*E asy Visitamos o lenho da Vera cruz que estava dentro no dito sacrarjo emcastoado em huua cruz dourada com allguas Reliqujas de santos dentro/ o quall lenho E rreliqujas se diz segundo memorya dos homeens que hj ha que ho trouxe aa dita igreja dona betaça/ quando a esta terra veyo/».* A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, 1517, B-50-167, fl. 4v.
31. A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B-51-231, fl. 3v (107v).
32. Na visitação de 1565, no capítulo das confrarias, o visitador não assinala a consagrada a S. Fabião. Para inícios do século XVII a sua actividade encontra-se já documentada, nomeadamente através dos livros que se conservavam da receita e despesa da confraria.
33. *Ordenações Manuelinas do Reino*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 1984, liv. 5, tit. XX-XIII, p. 93 e *Ordenações Filipinas do Reino*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 1985, Liv. 5, tit. III, p. 1151.
34. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, Livro de Receita e Despesa da Confraria de São Fabião, 1643-1707, fl. 40v.
35. Forma como correntemente S. Fabião é designado na documentação produzida pela confraria.
36. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Confraria de*

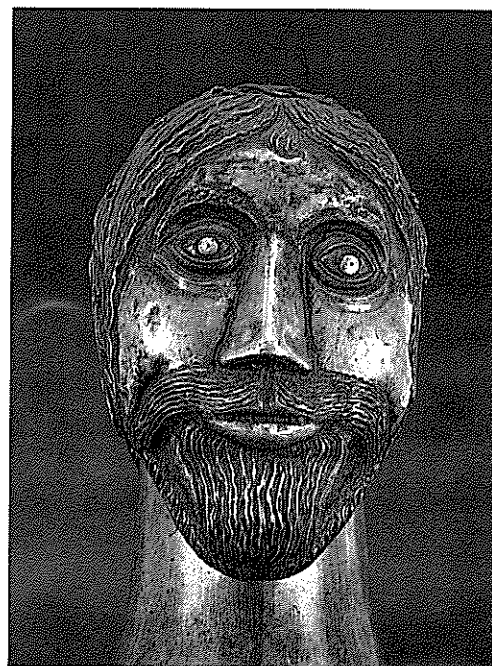


Figura 15

- S. Fabião», 1643-1707, termos de esmolos de diversos anos.
37. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Confraria de S. Fabião*», 1643-1707, fl. 11.
 38. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Recita e Despesa da Confraria de S. Fabião*», 1643-1707, fl. 41v.
 39. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Confraria de S. Fabião*», 1643-1707, fl. 40v.
 40. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Fabrica miuda e grossa da Igreja Matriz de Casevel*», 1688-1750, fl. 8.
 41. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Fabrica miuda e grossa da Igreja Matriz de Casevel*», 1688-1750, fl. 8-8v.
 42. Em Portugal são conhecidos alguns bustos-relicário em prata e não cabeças-relicário como é o caso presente. O mais notável e antigo é o busto de S. Pantaleão do Museu Soares dos Reis do Porto, datado do século XV e atribuído a oficinas francesas ou italianas. Embora dos séculos XVI e XVII, conhecem-se também os bustos-relicário de Coimbra dos santos mártires de Marrocos e de S. Teotónio. Em toda a Península Ibérica, além da Santa Úrsula do

Museu Grão Vasco de Viseu, que é uma obra menor de repuxado em cobre, datável do século XIX e de uma cabeça seiscentista de São Victor em Alava, a única cabeça em prata, que mais se aproxima tipológica e funcionalmente do relicário de Casével, é a cabeça de São Gregório na basílica de S. Gregório Ostiense, em Navarra. Embora datada de 1729, esta peça foi trabalhada com a prata fundida de uma outra cabeça que já existia em 1511. (Jose Manuel Cruz Valdovinos, Apuntes para unma historia de la platería en la basílica de *San Gregorio Ostiense*, in *Príncipe de Viana*, sep del N. 163, Mayo-Agosto 1981)

43. Acedendo amavelmente a um pedido de peritagem, recebemos em 27 de fevereiro de 1987 um parecer do Dr. Neil Stratford, Keeper of Medieval and Later Antiquities do British Museum, do qual tomamos a liberdade de retirar esta citação.

44. Vêr nota 31.

45. Vêr nota 28

46. Em resposta ao inquérito linguístico ILB, apenas nos territórios a sul do Tejo foi citado o termo de soldador como alguém de virtude que dá saúde através do bafo.

47. *Ordenações Manuelinas do Reino*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 1984, liv. 5, tit. XX-XIII, pp. 92-94.

48. Abel Viana, *Nossa Senhora da Cola*, Beja, 1961, p. 65.

49. José Leite de Vasconcelos, *Tradições Populares de Portugal*, Porto, 1882, p.283.

50. Abel Viana, *ob. cit.*, pp. 62 a 79.

51. A reconstrução da igreja de São João Baptista da vila de Casével foi empreendida no decurso da década de trinta do século XVI. No processo de visitação do ano de 1533 é dito que a igreja se encontrava «deribada de todo «*E começada de fazer de novo E mujtas achegas postas na obra E a vontade do recebedor muito boa E aparelhada para acabar E coregeer muito bem*». A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitação de Casével, B-50-175, 1533, fl. 18

52. Notar que as oferendas e promessas a S. Fabião são sempre constituídas por vacas e novilhos.

í